

DIÁLOGO SOBRE O CURRÍCULO: UMA LEITURA NA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA

CAINELLI, Clívia Martins de Oliveira
Universidade Nove de Julho
Email: cliviammcaainelli@yahoo.com.br
TEIXEIRA, Rosiley Ap.
Universidade Nove de Julho
E-mail: rosileyteixeira@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender o currículo, a partir da visão e do diálogo entre os seguintes autores: Bourdieu (1970), Althusser (1970), Giroux (1983), Bernstein (1971) e Apple (1979), na perspectiva da teoria crítica. Os autores, cada um a seu modo, demonstram preocupação com a função do currículo e o que ele pode fazer à sociedade, opondo-se ao tradicional pensamento de se ater à sua forma, independentemente, do contexto e dos sujeitos.

No próximo item, delineiam-se os caminhos percorridos e os resultados das reflexões a respeito do tema, nas falas dos pensadores em destaque.

CONVERSAS

Pierre Bourdieu em seus estudos destaca que o sistema escolar segue no ritmo da reprodução social, por meio da reprodução cultural das classes dominantes, disfarçado sob a ideologia de uma “escola libertária”.

Nesse sentido, ao fazer uso do conceito de “capital cultural”, este autor passa a considerar a cultura como a própria economia, o que dá à educação o caráter excludente, já que as crianças de famílias menos favorecidas não conseguem acompanhar a linguagem e os conceitos pré-definidos por uma elite cultural hegemônica, presentes na composição do currículo escolar, (SILVA, 2013).

Entende-se que Bordieu não chega a se aprofundar em questões mais direcionadas à elaboração de um currículo, no entanto, abre caminhos para novos estudos neste campo, com o conceito de “pedagogia racional” ao propor que a escola passe a oferecer às crianças de “famílias dominadas” a mesma possibilidade de adquirir a cultura das crianças de “famílias dominantes”.

No mesmo ano de 1970, Althusser escreve um ensaio sobre *Ideologias e Aparelhos Ideológicos do Estado*, onde ele pouco se refere à educação, mas que vai

servir como base a futuros estudos neste campo. Suas ideias demonstram preocupação em construir uma visão estrutural de uma sociedade capitalista, que em conjunto com os cidadãos e as instituições, se organizam em um único bloco chamado de “Aparelhos Ideológicos do Estado”, funcionando com mecanismos do “Aparelho de Repressão do Estado” em primeira instância, seguido do “Aparelho Ideológico do Estado”, que juntos, mobilizam e atuam em processo de reprodução das “forças produtivas” e das “relações de produção existentes”.

Neste aspecto, diferentemente de Bourdieu, Althusser não vê alternativa a não ser a resignação perante esta poderosa e dominante força do Estado, assim organizado. Vale destacar que para o filósofo a “ideologia” é representada pelas crenças de que as estruturas sociais do capitalismo existentes “são boas e desejáveis”, uma ideia que parece dialogar com Bourdieu, ao se referir que “provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social” .

Assim, para Althusser a escola representa “um dos mecanismos centrais do aparelho ideológico do Estado”, visto que abrange a quase totalidade da população, durante um longo tempo. É, então, pelo conceito de “ideologia” que Althusser entende o currículo escolar, ou seja, para ele é por meio do currículo que a escola atua ideologicamente, a partir das disciplinas mais apropriadas a esta transmissão, tais como: História, Geografia e Estudos sociais, em questões políticas e sociais, ou as mais relacionadas ao mundo técnico e científico: Matemática e Ciências, desde que representem a “ideologia de comando das classes dominantes” e da “ideologia de subordinação das classes dominadas”.

Um ano seguinte às publicações de Bourdieu e Althusser, em 1971, o Bernstein apresenta a sua teoria sobre políticas educacionais e curriculares, que revela o interesse em estudar como o currículo está “estruturalmente organizado” e, assim como Althusser e Bordieu, também questiona o papel da educação na reprodução cultural das relações de classe.

Em sua teoria, Bernstein além de descrever os métodos de processos de transmissão e aquisição do conhecimento, apresenta uma preocupação com a prática pedagógica, ao se voltar para dentro da escola, analisando as regras que apresentassem relação com o conteúdo a ser transmitido e aquelas que selecionavam os bens sucedidos no processo de aquisição, (MAINARDIS, 2010).

A exemplo desta questão, tem-se que o currículo tradicional com uma divisão clara e visível entre as disciplinas, possui uma alta e forte classificação, enquanto que um currículo interdisciplinar tem uma fraca e menor classificação.

Outro aspecto importante para se compreender o currículo, é o conceito de “código”. Apresenta dois tipos: o elaborado e o restrito. O código elaborado está presente na comunicação entre os filhos da classe média, não dependem do contexto e são universalistas, já o código restrito pertence à linguagem dos filhos da classe trabalhadora, que dependem do contexto e são mais particularistas.

Estes conceitos de “código”, “capital cultural” e de “ideologia dos aparelhos do estado”, em algum momento se aproximam na concepção de currículo, já que tanto Bourdieu, Althusser e Bernstein se entrecruzam no aspecto da “reprodução” de um currículo pensado e organizado por uma classe de intelectuais, que, inconscientemente ou conscientemente, o fazem para os seus pares, que também pertencem a uma classe hegemônica, quer social, política ou economicamente, falando.

Em 1979, Michael Apple, apresenta em *Ideologia do Currículo* uma compreensão relacional e dialética entre escolas e sociedade. Amplia, assim, as posições críticas de Althusser e Bordieu e procura clarear e romper com as resistências instaladas, nas relações de poder existentes entre “os que têm dinheiro” e são respeitados e “aqueles que não o possuem”, nem ouvidos são.

É neste contexto de relação complexa entre “economia e educação” e “economia e cultura” que Apple explica o currículo escolar, ou seja, para ele, existe uma transparente ligação entre “a forma como a economia está organizada” e “a forma como o currículo está organizado”, (SILVA, 2013, p. 45). Para Apple, o vínculo de poder existente entre as estruturas sociais e econômicas das classes altas e o currículo escolar já foi bastante criticado e confirmado, no entanto, acrescenta a ação humana a mediar este processo e para isto, busca em Gramsci o “conceito de hegemonia”.

O constante empenho em convencer e dominar, faz com que as classes hegemônicas criem um campo ideológico de poder econômico, que se transforma em “hegemonia cultural”, incorporando-se ao senso comum de tal forma, que passa a ser considerado “natural”.

Desta forma, para Apple, o currículo escolar também se estrutura e se relaciona à forma econômica e social mais amplas, o que o leva a se preocupar não com “qual conhecimento é considerado verdadeiro “ e “qual não é considerado

verdadeiro”, mas sim “com as formas” que levaram a certos conhecimentos serem “considerados legítimos” e outros “ilegítimos”. As questões mais importantes, na perspectiva políticas de Apple são:

“Por que esses conhecimentos e não outros?”; “Por que esse conhecimento é considerado importante e não outros?”; “Trata-se do conhecimento de quem?”; “Quais os interesses guiaram a seleção desse conhecimento particular?”; “Quais as relações de poder envolvidas no processo de seleção que resultou nesse currículo particular?”

Nessas indagações, mostra que a sua análise do currículo dá importância tanto ao “currículo oculto”, bem como ao “conteúdo explícito”, com ênfase um pouco maior ao do “conteúdo explícito”. Ou seja, ele dizia ser necessário olhar atentamente para as “regularidades do cotidiano escolar” e para “o ensino explícito das normas, valores e disposições quanto aos pressupostos ideológicos e epistemológicos das disciplinas do currículo oficial”.

Enfim, Apple também vê a escola como importante “produtora do conhecimento técnico”, já que a sociedade capitalista considera importante este conhecimento para a economia e a produção. Quando o autor usa o termo “produtora”, entende-se que ele mostra que a escola é “uma empresa”, organizada com recursos humanos, físicos e materiais, mas com a missão de “produzir conhecimento” e assumindo-se como tal, na sociedade capitalista, ela terá maiores condições de reverter a ideologia social e cultural das classes dominantes.

Por fim, mas abrindo novas possibilidades interpretativas sobre o currículo, Henry Giroux, em seu livro *Os Professores como Intelectuais*, assim como Michael Apple, além de identificar a presença de um currículo escolar, que se organiza de forma a reproduzir as desigualdades e as injustiças sociais, ele busca alternativas de emancipação por meio do “conceito de resistência”.

Embora reconheça o poder do capital das relações desiguais, Giroux investe na possibilidade de canalizar o potencial de “resistência” dos estudantes e educadores para desenvolver uma pedagogia e um currículo com um conteúdo político cultural e crítico da sociedade dominante. Afirma que é por meio de um currículo como política cultural que a educação tem condições de se envolver, conscientemente, na construção de significados e valores culturais e sociais, sendo possível a presença de uma população escolar preparada para articular-se frente às relações sociais de poder e desigualdade.

CONCLUSÃO

A título de considerações finais, faz-se necessário informar que estes cinco autores presenteiam a educação em suas concepções e, principalmente, a escola e seus profissionais com conceitos importantíssimos para a compreensão e possibilidades de mudanças no currículo e na prática pedagógica, em vistas de se ter uma educação mais humana e extensiva realmente às classes menos favorecidas, lembrando-se aqui os mais marcantes: “capital cultural”, “aparelhos ideológicos do estado”, “hegemonia”, “código” e “o intelectual transformador”.

A interpretação aqui tecida vale-se das considerações que Pierre Bourdieu (1990) faz em seu texto “Leitura, leitores, letrados, literatura”, onde chama a atenção para a diferença entre o *lector*, aquele que segundo a tradição medieval interpreta um discurso anterior, e o *auctor*, responsável pela elaboração de uma obra original. Tal distinção é especialmente importante para que se compreenda o lugar dessa produção, que consiste em um exercício de análise que fizemos, enquanto leitores, das obras dos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Introd. Crítica de J A Guilhon Albuquerque. Trad. Valter Jose Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. São Paulo: Graal, 2003, pp 67-80.

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. Trad. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Brasilense, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. *Revista Teias*, v. 11, n. 22, maio/agosto 2010, pp. 1-24.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias críticas de currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.